

Por que renegociar o Acordo de Parceria Econômica (APE)?

O fato é quase despercebido. Mas é muito importante que olhemos para isso. No Comunicado Final da 52ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo dos países da CEDEAO, realizada em 16 de dezembro de 2017, em Abuja, os líderes da África Ocidental disseram o seguinte: «Em relação à Parceria Econômica entre a África Ocidental e a União Europeia, a Conferência salientou a necessidade de reexaminar a situação à luz dos desenvolvimentos recentes.» Mas todos podem interpretar esta decisão à luz das suas próprias redes de leitura. Parece-nos óbvio que, ao adotar esta posição, os Chefes de Estado sugeriram a reabertura dos debates sobre os APE, tanto na região como em relação à União Europeia.

Quase doze (12) anos de negociações entre a Europa e a África Ocidental não alcançaram os resultados esperados. Diferenças técnicas e políticas significativas, de forma como de fundo, surgidas desde o início das negociações, continuaram por muito tempo a derrubar a vontade política de concluir um APE ambicioso e rápido. Apesar de, no final, a Costa do Marfim e o Gana terem assinado APE provisórios e 13 dos 15 membros da CEDEAO terem assinado o APE regional, continua a ser claro que o APE será difícil de implementar. Uma parte importante do setor privado e da sociedade civil da África Ocidental nunca o aprovou. Nigéria e Gâmbia não aderiram aos países signatários.

As mudanças atuais exigem a renegociação do APE. Circunstâncias novas e excepcionais apareceram no contexto e alteraram as configurações e questões em torno das quais o Acordo foi negociado e concluído. Essas circunstâncias são de vários tipos. Nós retemos aqui cinco.

Em relação à Parceria Econômica entre a África Ocidental e a União Europeia, a Conferência salientou a necessidade de reexaminar a situação à luz dos desenvolvimentos recentes.

O primeiro é o Brexit.

Com a saída da Grã-Bretanha da União Europeia, a última muda de natureza, o que distorce todas as linhas de análise nas quais a África Ocidental se baseou para construir sua estratégia de negociação. A negociação foi conduzida pela Europa dos 28. A implementação deve ser feita sem a Grã-Bretanha, que não é apenas um membro, já que é o primeiro parceiro comercial da maioria dos países africanos de língua inglesa.

A segunda é a negociação da Área Continental de Comércio Livre na África (ZLEC).

Quarenta quatro países africanos assinaram no dia 21 de março no capital Ruandês, Kigali, o acordo que estabelece a Zona de acordo de livre comércio continental. Mas nós podemos dizer que mais duro só está começando. Os signatários têm que fazer de agora em diante ratifica o acordo pelos Parliamentos nacionais. De forma que ele entra em efeito, será precisado de 22 ratificações pelo menos. A idéia que é chegar a uma abertura efetiva em janeiro 2019. Os analistas, em particular os Nações Unidas Comissão Econômica para a África (CEA) (COMISSÃO de Energia atômica), considere que se o APE regional é lacrado e implementou antes do ZLEC (isto) dela, este ultimo (APE) poderia ter dificuldade realizando todo seu potencial.

A terceira é a atual proliferação de mega-acordos regionais de comércio,

incluindo a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (PTCI) e a Parceria TransPacífica (PTT). Estes mega-ACR envolvendo a Europa ou muitos dos seus parceiros também terão implicações indefinidas para as economias da África Ocidental.

A quarta diz respeito ao processo de integração regional em África.

A promoção da integração regional foi um dos principais objetivos do APE. É nesse nível que a falha é mais óbvia. A África Ocidental passou de um regime de comércio único sob o Acordo de Cotonou para uma fragmentação de suas relações em cinco regimes, o regime «Todos menos Armas» com PMA; Sistema Generalizado de Preferências (SPG) para a Nigéria; SPG + para Cabo Verde; Dois APE para Gana e Costa do Marfim.

O quinto é o termo do Acordo de Cotonou.

O Acordo de Cotonou expira em 2020. Mas é o alicerce da cooperação política e econômica da UE com os países ACP. Embora estejam em curso discussões para avaliar este acordo e para considerar o seu sistema de substituição, ninguém pode prever a substância e a forma dos futuros acordos. O que é certo é que eles afetarão os APE.

Face ao exposto, a renegociação dos acordos é uma necessidade. A Comissão da CEDEAO é, portanto, convidada a traduzir em ação a vontade dos Chefes de Estado claramente declarada no comunicado da 25ª Cimeira. ■



O Presidente Paul Kagamé assumiu o comando da União Africana (UA). Instalado em janeiro último, ele substituiu o Presidente guineense Alpha Condé. Na mesa, dossiês pendentes que buscam soluções felizes. **Intégr'action** analisa os principais projetos do novo Presidente.

Reformas na mesa

*No que respeita aos projetos, dois são levados ao conhecimento dos Chefes de Estado. Trata-se da negociação da **Zona de livre-troca** e a **liberalização do céu africano**.*

Uma Zona de livre-troca para 1,2 bilhões de consumidores¹

A conclusão e implementação da ZLEC serão uma das prioridades do Presidente Kagamé. Iniciadas em fevereiro de 2016, as negociações com vista a criação da ZLEC conheceram importantes progressos (adoção de um objetivo de liberalização de 90 por cento das linhas tarifárias, um largo consenso sobre os textos do Acordo sobre a ZLEC, a cooperação aduaneira e a facilitação das trocas, etc.). Mesmo se os negociadores não conseguiram respeitar o prazo de 31 de dezembro de 2017, as discussões vão continuar durante o ano ao mesmo tempo sobre as questões da primeira fase que ficaram pendentes e aquelas da segunda fase, isto é o investimento, a política da concorrência e a propriedade intelectual.

Sobre a liberalização do Céu Africano

O objetivo da União Africana é construir o mercado único do transporte aéreo africano (MUTAA) que é um projeto emblemático da Agenda 2063 da União africana (UA). Trata-se de criar um só mercado unificado, liberalizar a aviação civil e impulsionar a integração económica. À margem da 30ª Cimeira e sob a liderança do Presidente da Comissão da UA, o Chadiano Moussa Faki Mahama, este projeto já recebeu a aprovação de 23 países e aguarda a adesão de outros países para ver o dia. Liberalizar o céu africano implica que doravante, as companhias aéreas dos países interessados tenham acesso livre a todos os países incluídos neste mercado único e já não dependam de acordos bilaterais, existentes ou não.

● *Projetos financeiros e institucionais*

Foi em 2012 em Addis Abéba que foi tomada, primeiro, a decisão de autofinanciar a União Africana, após uma constatação alarmante:

• Os 3/4 do orçamento da UA são financiados por parceiros estrangeiros (União Europeia, Estados Unidos, China, Banco

Mundial, etc.)

• 5 países (África do Sul, Nigéria, Egípto, Angola, Argélia) contribuem com 90% das restantes contribuições africanas (1/4)

• Alguns países ainda estão em atraso há vários anos.

É para inverter esta tendência que os chefes de Estado começaram a se debruçar sobre a necessidade de assegurar uma independência financeira à instituição continental

As primeiras propostas do Ex-Presidente nigeriano Olusegun Obasanjo que se resumiam a taxar os bilhetes de avião, os seguros, as chamadas telefónicas, eram julgadas muito complexas. Foi com a designação de Paul Kagamé à frente da União que esta instituição experimentou uma nova forma de financiamento.

● *A Taxa Kaberuka*

Ela leva o nome do ex-Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Donald Kaberuka, economista experiente e compatriota do novo presidente em exercício da União Africana. Organizado por volta de uma Task force, Paul Kagamé confiou o projeto da reforma da União africana a 10 eminentes economistas que se distinguem pelo seu pragmatismo e empenho em prole da integração e desenvolvimento económico do continente. Nesta lista dirigida por Kaberuka, figuram entre outros, os economistas Carlos Lopes, (ex-presidente da CEA), Vera Songwe (antiga Diretora das Operações do Banco Mundial e atual presidente da CEA), Cristina Duarte, (ex-ministra das Finanças de Cabo-Verde) etc.

A sua proposta no que diz respeito ao financiamento da União africana é cobrar um imposto de 0,2% sobre as importações (Valor CAF-Custo seguro- Frete) dos países africanos (fora do comércio intra-africano) de alguns produtos. Esta taxa acabará por gerar um montante de 1,4 bilhões de euros ultrapassando de longe o orçamento anual da UA.

Esta fórmula foi revelada e endossada em Kigali em julho de 2016, à margem da ci-

meira dos Chefes de Estado e governo da União.

Contudo, divergências surgiram quanto à sua implementação. Com efeito, os grandes países (Egípto, África do Sul, Argélia, Nigéria) que contribuem para o financiamento do orçamento da União, tendo em conta as suas economias extrovertidas vetaram, alguns levantaram inconsistências entre este imposto e os compromissos individuais dos países africanos relativamente à OMC, outros apontam em resumo que este imposto poderia aumentar o custo de vida das populações.

O grau de apreciação do Imposto Kaberuka varia de um grupo de países a um outro, um total de 20 países adotaram o princípio do imposto, 14 Estados (Quênia, Etiópia, Ruanda, Chade, Djibouti, República da Guiné Conacri, Sudão, Marrocos, Gâmbia, Congo, Gabão, Camarões, Serra-Leoa) começaram a coletar e depositar o imposto na conta aberta para o efeito, 4 países estão no processo de implementação do imposto. O resto dos países estão suspensos às astúcias, até mesmo às derrogações da Task force, para que todos aceitem o imposto para que a União Africana finalmente tome o seu destino na mão. Em suma, a 30ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo não esvaziou o dossier sobre o autofinanciamento da União Africana. Também tem o mérito de apresentar o debate e propor soluções específicas para países cétricos quanto à aplicação do imposto Kaberuka.

● *Outras reformas abordadas*

A 30ª Cimeira da UA também abordou outras questões, em primeiro lugar a situação migratória na Líbia, onde está prevista a repatriação de 20.000 migrantes antes de meados de janeiro; e, em segundo lugar, a revisão da periodicidade da realização de cimeiras, que deve ser realizada apenas uma vez por ano, contra duas atualmente.

Integra'action proporciona-lhe o Rendez-vous em julho de 2018 em Nouakchott (Mauritânia), tendo em vista a 31ª Cimeira da União Africana para ver o progresso dos vários dossiês. ■ **Síntese: Enda CACID**



União africana: Alpha Condé passa a testemunha para Kagamé.

¹ Este artigo & escrito antes do ápice extraordinário do UA em Kigali (Ruanda) de 21 de março 2018.

Marcel De Souza

ex-Presidente da Comissão da CEDEAO

De 8 de abril de 2016 a 28 de fevereiro de 2018, dois anos foram suficientes para Marcel De Souza, presidente cessante da Comissão da CEDEAO, contribuir para o processo de integração na região da CEDEAO. Do risco da cessação do pagamento dos salários do pessoal, da implementação da Tarifa Externa Comum (TEC) e do incumprimento das decisões do Tribunal de Justiça da CEDEAO, o Presidente cessante da Comissão da CEDEAO faz o balanço do seu mandato de transição.

Depois de quase dois anos na Comissão da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), na qualidade de Presidente, Marcel De Souza fez sua autoavaliação. De fato, o presidente cessante da Comissão da CEDEAO produziu uma nota-balanço que declina em três etapas: primeiro, um diagnóstico institucional, depois projetos concluídos e, finalmente, desafios e perspectivas da instituição.

“Assim que assumi o cargo em 8 de abril de 2016, fui informado de que, devido à escassez de recursos e ao fluxo de caixa restrito, não havia garantia de que o final do mês de Abril de 2016 pode ser pago.”

Esta declaração de Marcel De Souza revela a gravidade da situação financeira que ele herdou. De acordo com o diagnóstico que fez, a CEDEAO foi confrontada com a sua chegada à chefia da instituição a vários desafios, incluindo:

- risco de rescisão de pagamento;
- dívidas não pagas face aos fornecedores de bens e serviços;
- falta de previsibilidade no processo de rotação dos cargos estatutários,
- falta de racionalização no consumo de energia, levando a custos excessivos;
- etc.

Após esse diagnóstico institucional, Marcel De Souza disse que havia empreendido reformas e medidas de emergência.

● A redução drástica de despesas, limitando o tamanho das delegações e a frequência das missões, reduziu os custos relacionados em 56% em 2016 e em 35% em 2017;



“ (...) devido à escassez de recursos e ao fluxo de caixa restrito, não havia garantia de que o final do mês de Abril de 2016 pode ser pago. ”

● Sobre uma dívida de aproximadamente US \$ 4.847.503,38, ou seja 3.474.496,87 UC em 8 de abril de 2016 devido a 200 prestadores de serviços para vários serviços, a Comissão processou todos os pagamentos pendentes (salários e fornecedores), reduzindo de repente os «pisca-piscas financeiros» para verde

● Devido a considerações políticas, a atribuição de lugares estatutários permanece pouco clara e imprevisível, uma vez que não está em conformidade com os textos legais. Esta situação resulta da não aplicação dos textos que definem os critérios para a atribuição destes lugares. Sob a liderança de Marcel De Souza, o Presidente da Conferência de Chefes de Estado apresentou à reflexão de seus pares um documento para fortalecer os critérios para a alocação de cargos estatutários na sessão extraordinária da Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em 27 de janeiro de 2018, em Adis Abeba, Etiópia.

Depois de ter feito um inventário da instituição regional quando chegou, Marcel De Souza também apresentou os projetos que realizou durante sua presidência. Ele cita para suas questões de recursos, como a resolução da crise pós-eleitoral na Gâmbia, que teve um resultado sem derramamento de sangue e uma vitória para a democracia; assistência técnica prestada pela Comissão a Cabo Verde e à Serra Leoa na implementação da Tarifa Económica Externa (Tec); o estabelecimento do Grupo de Trabalho sobre o Esquema de Liberalização do Comércio da CEDEAO, que liderou missões de advocacia em treze (13) Estados Membros, seguido de propostas de medidas fortes para as autoridades políticas, a fim de abolir esses obstáculos o mais rapidamente possível; a adoção do Código Aduaneiro da CEDEAO; o desenvolvimento de infraestruturas como o Programa de Desenvolvimento Comunitário (PCD) e o projeto de construção de uma nova sede da Comissão com financiamento e com a assistência da China. Ele também mencionou a concessão de um hectare de terra pelo Togo para a construção da casa da CEDEAO.

No entanto, a CEDEAO enfrenta desafios significativos, incluindo:

- A falta de espírito de comunidade na região
- O atraso no reembolso das contribuições comunitárias pelos Estados-Membros ;
- incumprimento das decisões do Tribunal de Justiça da CEDEAO ;

Tendo em vista a extensão dos desafios que ainda devem ser enfrentados para garantir a consolidação do espírito comunitário dentro da CEDEAO, Marcel De Souza propôs a construção de uma casa de cidadãos da CEDEAO, adotando assim uma ideia já desenvolvida por Enda CACID através da construção da «Casa dos Cidadãos da CEDEAO», cuja primeira foi instalada em Ziguinchor (sul do Senegal), enquanto outras estão à espera de serem instaladas nos corredores principais. ■

Sintese do Enda CACID

Um memorando de entendimento entre a Tunísia e a CEDEAO

O Sr. Khemaies Jhinaoui, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia é a primeira personalidade a ser recebida por Jean-Claude Kassi Brou desde que assumiu o cargo em 1 de março de 2018. Esta visita seguiu-se à assinatura de um memorando de entendimento entre as duas partes (Tunísia-CEDEAO) durante uma visita feita em Túnis em 19-22 de novembro de 2017 pelo ex-Presidente da Comissão da CEDEAO, Marcel de Souza. Este memorando consagra o estabelecimento de um quadro de cooperação e uma plataforma de diálogo entre as duas partes, e visa promover intercâmbios em diferentes áreas de interesse comum definidas por ambas as partes. Nos últimos anos, a CEDEAO recebeu pedidos de adesão. Assim, a Tunísia, como Marrocos e Mauritânia, procura o estatuto de observador da CEDEAO, um pedido que permanece suspenso por decisão do Comité de Chefes de Estado e de Governo criado para a ocasião. Como lembrete, a Tunísia, que pertencia à União do Magrebe Árabe (UMA), uma organização atualmente em letargia, completou em outubro de 2017 o seu ato de adesão ao Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), tornando-se assim o 20º país membro desta organização. ■

Transferência de serviço à frente da Comissão da CEDEAO: Trocas de bons procedimentos entre Jean Claude Brou e Marcel De Souza

Depois de quase dois anos à frente da Comissão da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Marcel de Souza renunciou à presidência na quinta-feira, 1º de março de 2018, em Abuja, Nigéria, ao seu sucessor Jean-Claude Kassi Brou.

A cerimônia de transferência de serviço entre Marcel de Souza (presidente cessante) e Jean-Claude Brou (novo presidente) foi realizada na quinta-feira, 1 de março, 2018, em Abuja, Nigéria, na presença do Ministro da Integração Africana e Assuntos Exteriores da Costa de Marfim, Ally Coulibaly, Ministro delegado dos Negócios Estrangeiros da Nigéria, Sra Khadija Bukar Ibrahim, membros do corpo diplomático acreditados junto da Nigéria e da CEDEAO, funcionários e chefes de instituições comunitárias. No seu discurso de despedidas, Marcel de Souza frisou uma série de realizações, como o processo de criação da moeda única da CEDEAO no horizonte de 2020; a observação satisfatória das eleições presidenciais em 2016 e 2017 em seis estados membros da CEDEAO; o reembolso de dívidas e a melhoria da solvabilidade, credibilidade e imagem da Comissão; continuação dos planos de construção de uma nova sede para a Comissão. Todas estas realizações contrastam com os grandes



Jean Claude Brou

Marcel De Souza

desafios a enfrentar, nomeadamente o atraso no pagamento de taxas comunitárias pelos Estados-Membros; incumprimento das decisões do Tribunal de Justiça da Cedeao; a falta de solução para a crise política na Guiné-Bissau; fortalecimento da integração regional; consolidação de conquistas na gestão de pessoas e controle de despesas. Falando por sua vez, o novo Presidente da Comissão da CEDEAO, Jean-Claude Brou Kassi, felicitou e agradeceu seu antecessor para a notável habilidade com a qual ele levou a organização regional. Seu tributo se resume nestas palavras: «Suas ações ajudaram a aumentar ainda mais alto e mais longe a tocha da CEDEAO. Sua paixão no trabalho não é um segredo para ninguém e especialmente para mim. Eu gostaria de associar com essas saudações todos os comissários e outros oficiais estatutários de saída. Você pode ir de cabeça erguida para o bom trabalho feito que ficará gravado na memória de toda a comunidade», disse Brou. ■

Parlamento da CEDEAO para enfrentar os obstáculos à livre circulação

O Fórum do Parlamento da CEDEAO foi realizado em Dacar de 12 a 15 de fevereiro de 2018. Os parlamentares da CEDEAO uniram forças com autoridades políticas, agentes econômicos, acadêmicos e líderes da sociedade civil na região para olhar para as questões e desafios "da livre circulação de pessoas e bens na região da CEDEAO e a questão da migração". Esta reunião de alto nível, patrocinada pelo Presidente da República do Senegal, Su^a Ex^a Macky Sall, foi uma oportunidade para abordar vários tópicos, como a eficácia da livre circulação de pessoas e bens e a migração ilegal em termos de desafios para os decisores.

Comunicações de qualidade apresentadas por personalidades como o Sr. Laouali Chaibou, Presidente da Comissão responsável pelo Comércio, Alfândega, Livre Circulação do Parlamento da CEDEAO sobre «os desafios do subemprego jovem e da migração ilegal em África Ocidental», ou de Sua Excelência Sr. Djibo Salou, Presidente do Grupo de Trabalho sobre o Sistema de Liberalização do Comércio, e ex-Presidente da República do Níger, sobre as suas atividades e as constatações feitas no terreno, particularmente no que diz respeito à eficácia da aplicação do esquema nos Estados-Membros, os parlamentares e os seus convidados puderam constatar as realizações e os desafios relacionados com o tema. Levando em conta esses inúmeros desafios, os participantes do fórum reconheceram, em relação principalmente ao problema das migrações, que esse é um fenômeno cuja magnitude requer uma luta coletiva. Nenhum país pode ter sucesso sem o apoio de outros.

A organização do Fórum permitiu, assim, formular, após análise, recomendações relativas à livre circulação e à questão da migração. Para a livre circulação, o Fórum destaca a necessidade de desenvolver e adotar um regime jurídico adequado para a repressão de práticas ilícitas e seus autores, incluindo funcionários públicos. Ele também recomenda que, como parte da revisão das negociações dos APE, se coloque a gestão dos fluxos migratórios na Agenda Global sobre Migração.

Para este fim, a promoção da migração legal, através da flexibilização das condições para a concessão de vistos, a remoção de operações policiais, o aumento da assistência humanitária aos migrantes em perigo e respeito pelos direitos humanos deve estar no centro das negociações entre a UE e a CEDEAO.

Ele também recomenda entre outros de tomar medidas legislativas proativas e adequadas para garantir que os cidadãos da Comunidade gozem dos seus direitos fundamentais, incluindo a liberdade de circulação nos Estados-Membros, igualdade de tratamento e proteção de vidas humanas e de bens, incluindo os

de seus familiares.

O Fórum foi uma oportunidade para o Parlamento da CEDEAO ter uma visão e comunicar mais sobre o seu papel no processo de integração regional.

O Parlamento da CEDEAO é atualmente presidido pelo deputado senegalês o Ilustre Moustapha Cissé Lo. Esta instituição parlamentar foi criada em 1993, nos termos dos artigos 6 e 13 do Tratado da CEDEAO revisto.

O Protocolo Relativo ao Parlamento foi assinado em Abuja aos 6 de agosto de 1994 e entrou em vigor aos 14 de março de 2002. Ele fornece a estrutura, composição, jurisdição e outras questões relativas ao Parlamento. É composto por 115 assentos.

O Parlamento está habilitado a analisar questões relacionadas com os direitos humanos e as liberdades fundamentais dos cidadãos e também pode ser consultado sobre questões relacionadas com políticas de saúde pública e políticas educacionais, entre outras. Viu recentemente os seus poderes e competências alargados, na sequência da adoção pela 50.^a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo, realizada em 17 de dezembro de 2016, em Abuja, da «Lei adicional n.º A/SA.1/12/16 sobre o fortalecimento das prerrogativas do Parlamento da CEDEAO. «Com estes novos poderes, o Parlamento da CEDEAO deve ser consultado na preparação do orçamento; a revisão do tratado e seus anexos; os relatórios anuais de auditoria dos órgãos e instituições da CEDEAO; a adoção ou revisão de todos os atos comunitários relacionados com as políticas de integração econômica e monetária da CEDEAO (comércio, alfândegas, livre circulação de pessoas, bens e serviços, infraestruturas, cooperação monetária, indústrias e minas, promoção de investimentos) e todas as outras políticas sectoriais decididas pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo. Além disso, a lei adicional consagra o procedimento de consulta para aprovação, ou seja, cada instituição ou órgão em causa terá de ter em conta o parecer do Parlamento ou apresentar um novo texto.

Síntese do Enda CACID

“Dia de Livre Circulação na Senegâmbia”, um instrumento de boa vizinhança

O evento fará data nos esforços de fazer da CE-DEAO um espaço integrado onde os cidadãos e as mercadorias legalmente às normas circulam sem obstáculos. Karang, nesse 1 de março de 2018, foi o lugar da integração regional no espaço da Senegâmbia e irá certamente constituir uma inspiração para outros espaços da comunidade...



A cidade de Karang (Karang Posto para a designação oficial), situada no departamento de Foundiougne e a região de Fatick, foi escolhida pelas autoridades senegalesas e gambianas para acolher o «Dia da Livre Circulação na Senegâmbia». Como o indica seu nome, Karang Posto é um posto-fronteiriço com a Gâmbia vizinha. Atravessamo-lo, com seus muitos controles inerentes a qualquer posto-fronteiriço para se deslocar a Banjul, a capital gambiana. Se Karang é, portanto, para os Estados, o último ponto que marca o limite do Senegal e o início da Gâmbia, para as populações de cada lado da fronteira, é um ponto num espaço homogéneo em termos de laços de parentesco, de similitudes étnico-culturais e de práticas económicas, pois como o sublinhou o Presidente da Câmara municipal da localidade na sua alocução de abertura «*o povo sene gambiano já é integrado, pois trata-se de um mesmo povo que veio separar a fronteira*». Não é assim uma maneira de aderir à visão 2020 da CEDEAO, mas passando desta vez da CEDEAO dos povos para a CEDEAO dos Estados?

A Jornada reuniu as autoridades estatais dos dois países, o corpo diplomático dos Estados membros da CEDEAO, as forças de defesa e segurança, os atores socioeconómicos, bem como um grande número de cidadãos de cada lado da fronteira. Ela foi a ocasião de testar a efetividade da livre circulação das pessoas e dos bens e das dificuldades dos diferentes utentes do corredor quanto aos obstáculos tarifários e não tarifários.

Durante as diferentes intervenções, referiu-se muito ao Protocolo sobre a livre circulação das pessoas e dos bens. Que estipula o Protocolo? Qual é o princípio da livre circulação das pessoas e de bens?

O protocolo de acordo da CEDEAO sobre a livre circulação de pessoas e bens foi assinado aos 29 de maio de 1979 em Dacar no Senegal. Foi completado, entretanto, por três Protocolos adicionais. A sua aplicação efetiva é uma preocupação maior que continua a estar na ordem do dia. É preciso, portanto, uma vontade forte de aplicação de todos os Estados membros e um empenho determinado dos Chefes de Estado, em primeiro lugar, como o Presidente do Senegal e da Gâmbia que reiteraram esse empenho por

uma livre circulação das pessoas e dos bens, em especial entre os dois países.

O adjetivo “livre” pode criar uma certa confusão, pois falar de livre circulação de pessoas, mercadorias, serviços, capitais não deve levar a pensar que se trata de dispensar as atividades de quaisquer constrangimentos jurídicos que as organizam.

Em resumo, a livre circulação de pessoas significa que qualquer cidadão de um Estado membro da CEDEAO tem o direito de se deslocar livremente de um Estado a um outro.

Isso se traduz igualmente pelo direito de residência, o direito de estabelecimento e livre prestação de serviços em cada Estado Membro. Assim um Gambiano munido de todos os documentos de viagem legais e válidos, pode, por exemplo, decidir vir instalar-se, procurar e exercer um emprego (salvo empregos da Função pública), sem ser vítima de discriminações baseadas, designadamente, na nacionalidade.

um Estado membro da CEDEAO tem o direito de se deslocar livremente de um Estado a um outro

A livre circulação de pessoas e bens é, portanto, um pilar da integração regional nesse sentido em que permite aos cidadãos de ir e vir. O Estado senegalês e gambiano colocam, portanto, pela organização desta jornada dedicada à livre circulação de pessoas e bens, um ato dos mais importantes no processo de integração regional, pois como o disse o Presidente da Task Force da CEDEAO na sua alocução lida pelo Dr Cheikh Tidiane Dieye, Diretor executivo de ENDA CACID “*Nós estamos no tempo da ação para responder às expectativas várias e múltiplas das populações da CEDEAO, que só aspiram a gozar dos direitos que lhes conferem os textos adotados por todos os Estados, garantindo a cada cidadão a liberdade de circular com seus bens, de residir duravelmente e de se instalar sem nenhuma entrave em cada Estado*”.

Karang 2018 pode, portanto, ser fonte de muitas esperanças para os povos da Senegâmbia, os atores económicos e para toda a CEDEAO. A Declaração de Karang que sancionou os trabalhos do Dia vai marcar dura-

velmente este evento na história do processo de integração regional da CEDEAO.

Entre outras considerações, constatações e compromissos, os participantes recomendaram fortemente a implementação de um programa de facilitação das trocas e da livre circulação de pessoas e bens. São esses os pontos contidos na declaração lida pelo Secretário executivo do Secretariado permanente Senegal-gâmbia, S.E Paul Badji. Também preconizou a criação de um “*Observatório das práticas anormais no corredor Dakar-Banjul afim de lutar mais eficazmente contra os obstáculos encontrados nesse corredor e nas fronteiras*”.

Os participantes também apelaram nesta declaração à instalação dos Centros fronteiriços de informação “*para facultar uma assistência aos utentes, à semelhança da Casa dos cidadãos da CEDEAO*” que foi instalada por Enda CACID em 2015 no eixo Ziguinchor-Bissau.

Os Chefes de Estado do Senegal e da Gâmbia receberam uma forte homenagem por todos os atos feitos para o estreitamento dos laços de amizade e fraternidade, bem como para a efetividade da livre circulação de pessoas e bens. O Conselho Presidencial Sene gambiano foi a ocasião de dar novos passos justificando esta forte homenagem. Assim, o Presidente Macky SALL convidou os dois Governos em Banjul, «*a examinar sem tardar as vias e meios de implementação das recomendações da Declaração de Karang, incluídas as relativas à eliminação das Práticas anormais no corredor Dacar-Banjul e a instalação de Centros de informação fronteiriços, com o apoio do Secretariado permanente Senegal -Gâmbia*».

Os resultados dos trabalhos de KARANG 2018 tiveram, portanto, uma certa repercussão junto às populações. Isto, ao grande benefício das populações da Senegâmbia, até da Guiné-Bissau. Pois, se os efeitos da declaração de Karang se alargarem ao corredor Dakar-Banjul- Bissau, será um espaço incluindo cerca de 20 milhões de cidadãos que poderão ir e vir, e sobretudo aproveitar plenamente as oportunidades económicas existentes, que será redinamizado. ■

Síntese do Enda CACID

A adesão de Marrocos à CEDEAO e à Zona Continental de Comércio Livre: o setor privado da África Ocidental entre a oposição e o pessimismo.

Dakar, capital do Senegal, recebeu o setor privado da África Ocidental por 48 horas durante os "Assises de l'Entreprise". O Conselho Nacional Senegalês de Patrocínio (CNP), o eixo desta reunião, conseguiu reunir os chefes da África Ocidental em torno das questões da atualidade, relativas à adesão de Marrocos à CEDEAO e ao estabelecimento da futura Área de Livre Comércio (ZLEC), entre outros. O setor privado reafirmou a sua oposição à adesão de Marrocos à região da CEDEAO e expressou a sua preocupação sobre a condução das negociações e a eficácia da ZLEC no que diz respeito às limitações e desafios colocados por este processo.

Os «Assises de l'entreprise» organizadas pelo CNP nos dias 13 e 14 de fevereiro no Hotel King Fahd Palace em Dakar permitiram que o setor privado da África Ocidental, representantes do governo senegalês e outros atores discutir as questões candentes que afetam a sub-re-

gião da África Ocidental e o continente.

Durante o simpósio organizado no âmbito destas reuniões, sobre o tema «CEDEAO: segurança e investimento», o setor privado regional, após ter seguido duas comunicações do Ministério da Integração Africana e da NEPAD, bem como da Direção do Comércio Externo, que lida, respetivamente, com «as apostas e perspectivas do alargamento da CEDEAO» e «a situação das negociações sobre a Zona Continental de Comércio Livre», expressou a sua posição e preocupações.

Quanto à adesão de Marrocos, representantes do setor privado de diferentes países, incluindo a Costa do Marfim, a Guiné, o Togo, o Gana e a Nigéria, manifestaram a sua posição sobre a disponibilidade dos Chefes de Estado de CEDEAO para ratificar a adesão de Marrocos. Todos eles indicaram que ameaças sérias pesariam sobre as economias locais no caso da adesão de Marrocos, em particular as prováveis perdas de empregos relacionadas com o encerramento ou mudança para Marrocos de muitas empresas. Eles citaram o exemplo da mudança para Marrocos da empresa farmacêutica PFIZER. As suas preocupações são ainda maiores porque muitas indústrias europeias planeiam mudar-se para Marrocos na expectativa da sua adesão à CEDEAO. Questões relacionadas com a harmonização da TEC da CEDEAO e de Marrocos, que é muito maior em termos de linhas ta-

rifárias, e subsídios que Marrocos concede a certos setores da sua economia, surgiram como problemas a colocar em cima da mesa de negociação.

O setor privado enfatizou a necessidade de avaliação de impacto setorial e participação privada nas negociações. Além disso, eles pedem uma adesão de Marrocos ao mapa que poderia operar por etapas bem definidas e bem organizadas no tempo.

Abordando a questão da ZLEC, o setor privado da África Ocidental tem sido relativamente pessimista quanto à eficácia e operabilidade desse arranjo continental, dados os muitos desafios e obstáculos que existem em sua negociação. Em questões puramente técnicas, o setor privado argumentou que não há acordo sobre a abordagem e o esquema a adotar sobre as regras de origem, cuja diversidade será problemática nas diferentes regiões do continente. Reconhecendo estes desafios, o setor privado da África Ocidental mandou o Presidente da Federação das Organizações Empresariais da África Ocidental (FOPAO) para advogar junto da Comissão da UA pelo seu melhor envolvimento no processo de negociações. Com relação à adesão de Marrocos, esses atores pretendem continuar a luta e seu conclave de 14 de fevereiro pode prenunciar o desejo de harmonizar posições para uma ação muito mais efetiva. ■

Síntese do Enda CACID

Uma caravana de conscientização lançada no corredor Abidjan-Lagos

Doze (12) dias para ir para o ataque de obstáculos à livre circulação no corredor Abidjan-Lagos, é o desafio que foi lançado por Alliance Borderless e seus parceiros desde 13 de março de 2018.

Numerosos estudos realizados nos últimos anos têm revelado que a ignorância e o acesso limitado à regulamentação sobre o comércio regional, tanto por funcionários públicos e por operadores privados, tornam difícil de implementar os principais instrumentos de integração regional, nomeadamente as relacionadas com a livre circulação de pessoas e mercadorias.

A importância do Corredor Abidjan-Lagos, longo de 1028 km, e que concentra o essencial do tráfico intrarregional de cerca de 60 a 75% do comércio da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) motivou a Alliance Borderless em parceria com a Câmara de Comércio e Indústria do Togo (CCIT) e WILDAF, para realizar uma caravana de 12 dias no corredor Abidjan-Lagos. Na verdade, lançada aos 13 de março, em Abidjan, a caravana será pontuada pela travessia das fronteiras Aflao-Kodjoviakopé (Gana-Togo) e Seme-Krake (Nigéria-Benim) e seminários de partilha na Costa do Marfim e na Nigéria.

O objetivo procurado pela Aliança Borderless e seus parceiros é entre outros:

- Documentar a eficácia dos textos da CEDEAO sobre a livre circulação de pessoas e bens neste corredor;
- Sensibilizar as partes interessadas do comércio e transporte sobre os principais objetivos do Acordo de Facilitação do Comércio da OMC.

- Listar o número de verificações neste eixo;
- Estabelecer um debate inclusivo entre os vários atores - Sensibilizar e informar os agentes responsáveis pelo controlo nas diferentes fronteiras, sobre as questões de implementação efetiva dos textos da CEDEAO;

- Informar os usuários sobre seus direitos fundamentais em relação à liberdade de movimento;

No final desta caravana, serão elaboradas recomendações, cujas recomendações eliminarão um pouco tudo o que houver como impedimentos neste corredor, e aumentar o comércio intrarregional. ■



Alioune Sarr Ministro do Comércio do Senegal

Passerelles conversou com Alioune Sarr, Ministro do Comércio do Senegal, Assuntos do Consumidor, o Setor Informal e Pequenas e Médias Empresas, para discutir questões relacionadas ao comércio eletrônico para um país como o Senegal.

Passerelles: O comércio eletrônico está transformando a economia global de maneira impressionante. Do ponto de vista concreto, quais são os obstáculos que ainda dificultam o seu desenvolvimento no continente africano e que terão que ser superados?

Alioune Sarr: O comércio eletrônico está crescendo em quase todas as regiões do mundo. De acordo com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), representou um volume de negócios global de 25'300 bilhões de dólares em 2015¹. Na África, enquanto suas perspectivas de crescimento estão numa boa dinâmica, com uma taxa de crescimento que deve aumentar de 2,2% em 2013 para 2,5% em 2018, o comércio eletrônico continua dominado por um punhado de países, incluindo Egito (US \$ 3,90 bilhões), África do Sul (US \$ 1,20 bilhão), Gana (US \$ 0,09 bilhão) e Etiópia (US \$ 0,06 bilhão)².

Os obstáculos que os países africanos enfrentam no contexto do comércio eletrônico e que dificultam o desenvolvimento do comércio eletrônico são multidimensionais. Em particular, referem-se à infraestrutura (incluindo os problemas de acesso à eletricidade, tecnologias de informação e comunicação e logística); a confiabilidade das plataformas de comércio eletrônico (assegurando soluções de TI e certificando essas plataformas); o baixo uso de meios eletrônicos de pagamento (taxa bancária em países africanos estimada em cerca de 24,7%³, baixa utilização de cartão de crédito devido ao baixo poder de compra, subdesenvolvimento do sistema financeiro, preponderância de transações em dinheiro, etc.); o quadro jurídico embrionário (certos aspetos do e-commerce muitas vezes não são levados em conta pelo quadro legal, nomeadamente em matéria de proteção de dados, privacidade e propriedade intelectual, ou a luta contra cibercrime); cumprimento de instrumentos legais internacionais (falta de eficácia na aplicação de textos legais, etc.); a falta de conhecimentos e informática relacionados com o comércio eletrônico para empresas e consumidores (massa crítica de recursos humanos ainda insuficientes, capacidade reduzida de investigação e desenvolvimento, etc.); e falta de políticas e estratégias nacionais de e-commerce.

O Senhor já apontou no passado que o Senegal precisa de uma «política real» sobre o comércio eletrônico. Será que o trabalho já começou? Quais são os objetivos do seu governo nessa área? O Senegal é caracterizado pela existência

de sites de comércio eletrônico (cerca de 60) em vários campos, meios de pagamento eletrônico (Paydunya, dinheiro Orange, Wari, Joni-Joni, Cash-poste, etc.), serviços de logística e entrega (Rápidos, Tiak-Tiak, Carrapide, etc.), mas também uma estrutura legal e institucional para o e-commerce. Reúne assim uma boa parte das condições necessárias para o desenvolvimento do comércio eletrônico, mas não possui uma política nesta área com uma visão clara, estratégia e plano de ação, integrando todas as dimensões ou todos os domínios relacionados com o desenvolvimento do comércio eletrônico. e-commerce.

Na África, enquanto suas perspectivas de crescimento estão numa boa dinâmica, com uma taxa de crescimento que deve aumentar de 2,2% em 2013 para 2,5% em 2018, o comércio eletrônico continua dominado por um punhado de países (...)

A estratégia «Digital Senegal 2016-2025» integra no seu eixo 4 a difusão do digital nos setores económicos prioritários e, em particular, o comércio eletrônico. Nesta área, as ações planejadas incluem a atualização do quadro legal relevante; o estabelecimento de condições de interoperabilidade entre plataformas de serviços financeiros eletrônicos; um programa para promover serviços financeiros eletrônicos; um programa de apoio à criação de sites de e-commerce voltados principalmente para produtos locais e integrando o pagamento eletrônico.

A fim de assumir a dimensão do e-commerce na implementação da estratégia «Digital Senegal 2016-2025», meu departamento está trabalhando no desenvolvimento de uma política coerente no campo do comércio eletrônico. Assim, além do quadro institucional existente, foi criado em 26 de janeiro de 2017 um quadro de consulta nacional para estimular uma sinergia de ações. Este último reúne atores dos setores público, privado e da sociedade civil envolvidos no comércio eletrônico.

Além disso, o meu departamento apresentou um projeto para o desenvolvimento de uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento do Comércio Eletrônico para a Secretaria Executiva do Programa Quadro Integrado Aprimorado (EIF). Este projeto, cuja implementação está prevista para começar em abril de 2018, permitirá nomeadamente um diagnóstico completo do e-commerce no Senegal, identificar ações claras a serem tomadas para desenvolver o comércio eletrônico a nível nacional e apro-

veitar as oportunidades oferecidas ao país a nível internacional, mas também para estabelecer uma base de dados estatísticos.

O comércio eletrônico é frequentemente destacado como uma área particularmente promissora para o empoderamento econômico das mulheres. Como pode o seu potencial, na sua opinião, ser explorado, na melhor das hipóteses, para gerar oportunidades econômicas para as mulheres africanas e, em particular, para as mulheres senegalesas?

Segundo a Organização Internacional do Trabalho, apenas um terço de todas as empresas do mundo são chefiadas por mulheres. A maioria das empresas de propriedade de mulheres são micro e pequenas empresas com potencial limitado, especialmente em países em desenvolvimento e em transição. No Senegal, a taxa de atividade empreendedora para mulheres é de 36,8%, em comparação com 40,5% para homens, de acordo com uma pesquisa realizada pelo Global Entrepreneurship Monitor em 2015.

Devido às facilidades do comércio eletrônico, mas também devido ao seu rápido desenvolvimento, importantes oportunidades econômicas podem ser geradas, especialmente para as mulheres, através de menores custos de transação e facilitação do acesso das mulheres. (empresárias, artesãs, produtoras e processadoras de produtos) para os mercados doméstico e internacional, aumentando a eficiência e a competitividade das micro e pequenas empresas, a eliminação dos constrangimentos do lado da oferta através do comércio business-to-consumer, que não requer o envio de grandes quantidades.

Para permitir que as mulheres beneficiem mais do comércio eletrônico, é necessária uma forte vontade política que: aumente a capacitação das mulheres no uso de tecnologias de informação e comunicação; dar prioridade a questões de desenvolvimento, incluindo projetos de empreendedorismo digital das mulheres; aumenta o acesso das mulheres aos recursos e oportunidades da economia digital; reduz a divisão digital do gênero.

Embora as políticas a nível nacional sejam obviamente cruciais, o desenvolvimento do comércio eletrônico em África exigirá algum grau de harmonização transfronteiriça. Qual o papel da integração regional nesta área? Quais são os esforços empreendidos no âmbito da CEDEAO?

Mais adiante para a página 8

Continuação da página 7 É verdade que o comércio eletrônico transfronteiriço não pode ser desenvolvido sem esforços para harmonizar políticas, especialmente a nível regional, para evitar assimetrias existentes entre os mercados. Esta necessidade de harmonização pode mesmo vir de fornecedores de bens e serviços, com vista a reduzir os custos de conformidade e melhorar a segurança jurídica das transações eletrónicas, bem como os defensores dos direitos fundamentais, como a proteção da propriedade intelectual, privacidade e do consumidor.

Assim, no âmbito da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), estão a ser desenvolvidos trabalhos com o apoio do Programa Quadro Reforçado Integrado para diagnosticar as necessidades do setor do comércio eletrônico e desenvolver uma estratégia para desenvolvimento do setor. Na primeira fase, Burkina Faso e Togo foram escolhidos. A nível da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), foram desenvolvidos regulamentos comunitários sobre transações eletrónicas, cibercriminalidade e proteção de dados pessoais, respetivamente através do Ato Adicional A/SA.2/01/10, a Diretiva de 1/08/11 e o Ato Adicional A/SA.1/01/10.

Além dos esforços de harmonização, os desafios ainda precisam de ser resolvidos. Isto envolve, entre outras coisas, a transposição de textos a nível dos países membros, a sua implementação efetiva, extensão e sensibilização das partes interessadas (consumidores, setores públicos e privados, sociedade civil), etc.

Os países membros da União Africana também estão em processo de negociação para o estabelecimento da Área de Livre Comércio Continental. O comércio eletrônico não foi negociado no momento, mas pode ser incluído na segunda fase das negociações. Acha que deveria ser o caso?

A área continental de livre comércio em que as negociações foram lançadas pelos Chefes de Estado e de Governo da União Africana de junho de 2015 prevê a liberalização do comércio e investimento no continente. A primeira fase das negociações, que começou a 22 de fevereiro de 2016, abrange o comércio de bens e serviços, enquanto a segunda fase vai se relacionar com a concorrência, o investimento, a propriedade intelectual e a circulação de pessoas singulares (pessoas em viagem de negócios).

Explicitamente, o e-commerce não foi incluído como uma área de negociação no

nível da ZLEC. No entanto, sem a sua integração na segunda fase das negociações, a questão poderia ser considerada no contexto das negociações sobre o comércio de serviços. De fato, o desenvolvimento do comércio eletrônico é baseado no de alguns sectores de serviços, tais como serviços informáticos e afins, serviços de comunicação (telecomunicações, correios, etc.), serviços financeiros (o pagamento eletrônico), etc.

O Senegal será convidado novamente na reunião do G20 este ano como Presidente da NEPAD. É uma oportunidade que o seu governo vai tomar para garantir que as prioridades da África para o comércio eletrônico sejam devidamente levadas em conta?

A reunião do G20 é uma reunião de alto nível que reúne os países mais influentes do mundo. Como de costume, o Senegal está aproveitando seu convite ao G20 para chamar a atenção desses líderes para as preocupações dos países em desenvolvimento, particularmente no contexto das negociações multilaterais.

Na próxima reunião, a ser realizada em Buenos Aires, Argentina, será levantada a questão do comércio eletrônico, mas também as prioridades dos países em desenvolvimento em matéria de agricultura, pesca ou tratamento especial e diferenciado. Isso incluirá discutir com os membros do G20 os problemas enfrentados pelos países em desenvolvimento e como os países desenvolvidos poderiam ajudar a resolvê-los.

O Senhor foi encarregado de facilitar as discussões sobre comércio eletrônico na última Conferência Ministerial da OMC. O que acha que é o papel da OMC nesta área hoje? O Senegal está aberto a novas discussões e potencialmente novas regras sobre este tópico?

O papel da OMC é envolver seus membros em discussões e formular regras multilaterais que possam regular adequadamente o comércio internacional no campo do comércio eletrônico.

Desde 1998, tem havido um programa de trabalho para estruturar discussões sobre esse assunto dentro da organização. As questões levantadas dizem respeito à classificação de produtos digitalizados entre serviços (GATS) ou bens (GATT); o processamento comercial de software entregue eletronicamente; computação em nuvem (cloud computing); restrições que afetam o livre fluxo de dados, incluindo localização, criptografia e segurança de dados; garantir aos provedores de serviços acesso e uso de redes e serviços de Internet; a proteção de

dados pessoais, privacidade e consumidores; propriedade intelectual no contexto do comércio eletrônico; as implicações do e-commerce para o desenvolvimento, etc.

A OMC poderia ajudar a promover a transparência e o compartilhamento de experiências políticas. Poderia também promover a redução ou a eliminação de barreiras desnecessárias ao comércio eletrônico e a melhoria do acesso ao mercado, ao mesmo tempo em que desenvolvia assistência técnica e capacitação para os países em desenvolvimento e PMAs, em particular. A eliminação dos constrangimentos que enfrentam ajudaria a facilitar uma maior participação dos mesmos e, tendo em conta as diferenças observadas entre os membros na última Conferência Ministerial da OMC, seria sensato, do meu ponto de vista, como facilitador das discussões sobre o comércio eletrônico, continuar o trabalho no âmbito do Programa de Trabalho sobre o Comércio Eletrônico, com base no mandato existente, até à próxima reunião ministerial em 2019. O trabalho continuaria então nos órgãos competentes da OMC, nomeadamente o Conselho do Comércio de Mercadorias, o Conselho do Comércio de Serviços, o Conselho do ADPIC e o Comité do Comércio e Desenvolvimento.

Por seu turno, apesar do seu interesse em discussões frutuosas sobre o comércio eletrônico, o Senegal não deseja, como as coisas estão, novas regras nesta área, mas encoraja fortemente a continuação do trabalho a nível multilateral.

Em geral, o futuro das negociações comerciais multilaterais continua hoje mais do que incerto. Neste contexto, quais devem ser as prioridades dos países africanos em termos de política comercial?

Os países africanos beneficiariam mais do fortalecimento da integração de seus mercados, regional e continentalmente, para melhor se integrarem nas cadeias globais de valor e melhorarem sua participação no comércio internacional.

No entanto, questões de interesse para nossos países no nível multilateral devem continuar recebendo atenção especial até que sejam alcançados resultados concretos favoráveis a eles. Estas incluem questões relacionadas ao algodão, tratamento especial e diferenciado e agricultura. ■

**Pontes de pedestres
Número 2 - Marte 2018**

¹ UNCTAD, "Meios para Maximizar a Contribuição do Comércio Eletrônico e da Economia Digital para o Desenvolvimento", Nota da Secretaria, 26 de julho de 2017.

² UNCTAD, Information Economy Report 2015: Desbloquear o potencial do comércio eletrônico para países em desenvolvimento. Genebra: UNCTAD, 2015.

³ BempongNyantaky, Eugene e Mouhamadou Sy, "O sistema bancário na África, principais fatos e desafios", AfricaEconomicBrief 6, No. 5 (2015).

Agenda regional

- **21 de Março de 2018 (Kigali, Rwanda):** Cimeira Extraordinária da União africana
- **16-27 de Abril de 2018 (Dakar, Senegal):** Sessão de formação em negociações comerciais internacionais
- **21-25 de Maio de 2018 (Busan, Coreia do Sul):** 53ª sessão anual do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)
- **Em Junho de 2018 (Lome, Togo):** 53ª Cimeira dos chefes de Estado e de Governo da CEDEAO
- **Em Julho de 2018:** 31ª Cimeira da União africana

 <p>enda centre africain pour le commerce l'intégration et le développement</p>	<p>Dakar - 73, Rue Carnot BP : 6879 (Dakar-Etoile) Tél. : +221 33 821 70 37 Email : info@endacacid.org Site web : www.endacacid.org</p>
	<p>Director da publicação: Dr Cheikh Tidiane DIEYE Responsável de projecto: Ndèye NIANG Coordenador: Souleymane BARRO Concepção-Paginação : Alioune KASSE</p>
<p>Com o apoio de:</p> 	